

GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA

Sylvia Cavasin/ECOS

Sandra Unbehaum

Thais Gava

Resumo

Embora as políticas públicas relativas à educação em sexualidade implantadas na rede educacional tenham trazido algum impacto no cotidiano escolar, a experiência da ECOS - Comunicação em Sexualidade com a capacitação de educadores/as tem mostrado que grande parte dos/as professores/as sente-se despreparada para trabalhar com esse tema na escola. Este artigo traz uma reflexão sobre essas questões e apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela ECOS em 2008, a qual constatou que a maioria dos cursos de formação inicial de professores nas universidades brasileiras não inclui os temas de sexualidade e relações de gênero em seus currículos. O artigo, por fim, faz recomendações relevantes para reflexão na elaboração de políticas públicas para a inclusão destes importantes temas no cotidiano das escolas, bem como na formação inicial de professores/as.

Palavras-chave: educação em sexualidade, relações de gênero, *advocacy*

A experiência da ECOS- Comunicação em Sexualidade com a capacitação de profissionais da educação e com a produção de material educativo tem revelado que a formação inicial de professores/ras, na maioria dos cursos, não abarca os temas relacionados à educação em sexualidade e gênero e a consequência desta ausência é a dificuldade de eles/elas trabalharem estes conteúdos em sala de aula. Nota-se que a abordagem da sexualidade, quando realizada nas escolas, vêm no bojo das ações de prevenção da aids, reforçando um discurso medicalizado em relação à sexualidade. Do mesmo modo, aspectos associados à sexualidade humana, direitos sexuais e direitos reprodutivos, equidade de gênero, valores, normas, sentimentos, emoções para além de informações básicas sobre formas de prevenção e o desenvolvimento e função do corpo sexuado ainda não ganharam o devido espaço nos currículos de formação docente, tampouco nos currículos escolares. Mediante essa reflexão, a ECOS, em 2008, realizou um diagnóstico sobre os currículos e ementas de

curso de pedagogia¹. O objetivo foi o de documentar a ausência de conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos de formação inicial de professores. O presente artigo apresentará os principais pontos levantados, cujos resultados deram início em 2009 a um importante diálogo com pesquisadores e professores deste tema na área de educação, com gestores de alguns setores do MEC, ambos com o objetivo de definir estratégias que possam contribuir para a inclusão dos conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos escolares e de formação docente.

O artigo está organizado em três partes. A primeira apresentará o contexto que estimulou a ECOS – Comunicação em Sexualidade a realizar uma pesquisa sobre a presença dos temas de sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação de professores. A segunda apontará os principais resultados encontrados nessa pesquisa, e por fim, na terceira, serão indicados alguns pontos, que entendemos, deveriam nortear a reflexão e ação de políticas públicas educacionais.

1- Antecedentes

No Brasil, as políticas públicas no campo da educação sexual² remontam à década de 60, quando aconteceram as primeiras experiências no país (ARILHA; CALAZANS, 1998; ROSEMBERG, 1985, WEREBE, 1978).

Nas últimas décadas, tem sido significativo o esforço investido em mudanças na educação básica brasileira de um modo geral, principalmente no final dos anos de 1980, com a reformulação da Constituição Federal (CF1988), e durante todo o período posterior com destaque para as reformas educacionais do governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo último mandato terminou em 2002. No governo Lula, programaram-se projetos e ações focalizados em diversidade (gênero, diversidade sexual, homofobia, educação especial, educação indígena etc.) e foram realizadas conferências municipais, estaduais e nacional

¹ Essa pesquisa contou com a fundamental colaboração do pesquisador Paulo Neves, sociólogo, mestre em educação e integrante do Grupo de Estudos Edges (Educação, Gênero e Cultura Sexual) da Faculdade de Educação da USP.

² A ECOS vem adotando o termo educação em sexualidade e gênero, aderindo aos argumentos apresentados por Sergio Carrara (2007) de que o termo educação sexual por ser datado não incorpora a dimensão dos direitos sexuais. Porém, por se tratar também de um termo histórico e ainda presente nos documentos oficiais que pautam as políticas educacionais também usará “educação sexual” quando se referir a essas situações.



de educação, além de revisão das diretrizes curriculares em todos os níveis de ensino. Há um rico campo de estudos e análises de legislações e reformas federais no âmbito da educação, porém quando se quer uma análise mais específica, como por exemplo, sobre os conteúdos que compõem a formação docente, o currículo dos cursos de pedagogia e licenciaturas no que se refere aos temas como educação sexual, sexualidade relações de gênero, o campo de estudos se restringe significativamente.

Dentre as diferentes políticas públicas discutidas e implantadas nas últimas duas décadas, destacam-se no âmbito da educação: a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei No 9.394/96) – que redefiniu o eixo das políticas públicas para a educação; os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 – que trouxeram inovações significativas na estrutura curricular; e o Plano Nacional de Educação de 2001 (Lei No 10.172/2001) que estabeleceu metas educacionais nacionais para as quais deveriam convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos e publicados logo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pretenderam constituir uma proposta flexível de conteúdos para orientar a estrutura curricular de todo o sistema educacional do país, fornecendo subsídios para a elaboração e revisão curricular de estados e municípios, a partir de suas distintas realidades sociais. Além disso, buscaram oferecer elementos para as discussões pedagógicas de forma a qualificar o processo educativo do cotidiano escolar.

Tais parâmetros introduzem na grade curricular do ensino fundamental e médio os chamados temas transversais: questões e assuntos que perpassam todos os campos do conhecimento e que devem contribuir para a formação de um cidadão mais participativo, reflexivo e autônomo, conscientes de seus direitos e deveres. Estes temas (ética, meio ambiente, pluralismo cultural, consumo, saúde e orientação sexual³) têm como eixo central a educação para a cidadania e não se constituem em novas disciplinas, mas devem impregnar todas as áreas educativas e serem tratados por diversas áreas do conhecimento,

³ Os PCNs adotaram o conceito de “orientação sexual” ao invés de “educação sexual”, mas com significado semelhante, ou seja, a de orientar para a vida sexual, educar para a sexualidade. Na atualidade o conceito “orientação sexual” designa o sentimento de atração afetiva ou sexual que podemos manifestar por uma ou várias pessoas de um mesmo sexo, ou sexo diferente.

tanto dentro da programação cotidiana como fora dela. Segundo VIANNA e UNBEHAUM (2004),

“Os PCNs trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania e apresentam como maior inovação a inclusão de temas que visam a resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, o cuidado de si e dos outros, a participação ativa na sociedade e a co-responsabilidade pela vida social. O documento adota como eixo norteador o desenvolvimento de capacidades de alunas e alunos, processo esse em que os conteúdos curriculares devem atuar como meios para aquisição e desenvolvimento dessas capacidades, e não como fins em si mesmos. Não se trata de negar a importância do acesso ao conhecimento socialmente acumulado pela humanidade, mas sim de incluir na pauta educacional temas relacionados diretamente ao exercício da cidadania. Como a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento, a proposta é de integrá-los às distintas áreas curriculares.”

Os temas saúde e orientação sexual são recomendados para serem trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização, nas mais diversas oportunidades dentro e fora da sala de aula, incluindo os diversos atores sociais tanto da comunidade escolar (pais, professores, diretores, alunos, outros profissionais da escola, outras organizações que participam do projeto pedagógico da escola), como de seu entorno (profissionais de saúde, ONGs, conselhos de diferentes tipos, outras secretarias e outros grupos sociais que possam contribuir para estas discussões). Nesta proposta, caberia à escola em parceria com diferentes setores sociais desenvolver uma ação crítica e reflexiva que promovesse a saúde e o pleno desenvolvimento da sexualidade de crianças e adolescentes. A educação em sexualidade seria um dos pilares para uma mudança de atitude em relação às práticas sexuais e às dinâmicas de gênero.

Também nas últimas décadas se observa um incremento nas políticas públicas para os jovens. O foco das ações concentra-se nas ações para o combate da violência urbana, o desemprego, a prostituição infantil, a violência doméstica e sexual. A partir do campo da saúde, a vida reprodutiva e as práticas sexuais dos adolescentes são problematizadas como, por exemplo, o debate sobre a gravidez na adolescência, o aborto, a vulnerabilidade ao HIV/AIDS e a doenças sexualmente transmissíveis. O Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, publicou um documento de diretrizes onde define a Educação Preventiva Integral enquanto um “processo de formação para o exercício da cidadania, apoiado na análise das condições de



vida da população, seus padrões de comportamento, valores culturais, atitudes e crenças”, cuja finalidade é a implementação de políticas públicas. (Ministério da Educação, 1994).

Essa preocupação do Estado é coerente com as recomendações da Conferência do Cairo e de Beijing, em relação à juventude e à adolescência. Os documentos enfatizam a importância do acesso dos jovens a programas de educação sexual e de saúde sexual e reprodutiva, destacando-se a importância do incentivo aos jovens adotarem atitudes responsáveis perante a sexualidade, não discriminarem as mulheres ou tratarem-nas de forma violenta, serem informados sobre os métodos anticoncepcionais e sobre formas de proteção contra o HIV/aids e demais doenças sexualmente transmissíveis. Nesse âmbito, o acesso a programas intersetoriais – sobretudo aqueles que envolvem educação e saúde - é considerado elemento fundamental para que as gerações mais novas possam vivenciar sua sexualidade de forma plena e saudável e para uma mudança nas dinâmicas de gênero em toda a sociedade.

A década de 1990 e posterior são repletas de políticas de promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, mas assim como na década de 1980, o foco mais intenso de políticas públicas de gênero concentrou-se em áreas como saúde, trabalho, renda e seguridade social. O contexto brasileiro, com alguns de seus marcos normativos, mostra que a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres. Mesmo assim, diante da baixa visibilidade do gênero na educação, um olhar mais cuidadoso nos afasta de afirmações radicais e nos permite perceber que esse contexto com suas normas e demandas coletivas influenciou a discussão e a elaboração de políticas públicas de educação, ora mais, ora menos integradas com as demandas das lutas por direitos das mulheres e com a supressão dos preconceitos de gênero.

Se as questões de gênero apresentavam baixa visibilidade no âmbito da educação e foram ganhando maior densidade nos últimos anos, o tema da educação em sexualidade e gênero continuou, no entanto, ainda enfrentando obstáculos no campo específico da educação. Uma das estratégias utilizadas para sensibilizar os diferentes grupos sociais sobre a importância e a emergência da educação em sexualidade e gênero, principalmente no início da década de 80, foram os argumentos pautados em índices de gravidez na adolescência ou números de casos de HIV/aids em adolescentes e jovens (ARILHA & CALAZANS, 1998). Porém, estas argumentações trouxeram consigo um clima alarmista e foi a área de saúde, particularmente, da prevenção, quem fomentou, nas últimas décadas, ações no âmbito



escolar, desenvolvendo ações integradas entre a saúde e a educação, como o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas-SPE.

O SPE é uma proposta inovadora, que fomenta a disponibilização de preservativos nas escolas, a integração entre escolas e unidades básicas de saúde, e a participação da comunidade no processo. Outras estratégias deste projeto incluem o monitoramento das escolas a partir da inclusão de um questionário no Censo Escolar, para medir se ações de prevenção e sexualidade estão sendo desenvolvidas nas escolas; a incorporação de diretrizes para que as ações possam atingir alunos a partir das primeiras séries do ensino fundamental; realização de oficinas de formação; apoio a eventos regionais e produção, impressão e distribuição de materiais educativos. (p.9, Diretrizes para Implementação do projeto, Série Manuais, no.77). Ainda que se constitua em um trabalho integrado em saúde e educação, tanto no âmbito federal como estadual, observa-se que é a política da prevenção que prevalece na formulação da proposta. Não se trata de uma política de educação em sexualidade e gênero, mas fundamentalmente uma estratégia de prevenção em DST/Aids, que inclui a sexualidade humana e seus temas correlatos como gênero, diversidade sexual, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Interessada em compreender as articulações e as limitações de uma política de educação em sexualidade na Rede Municipal de Ensino Público, a ECOS juntamente com o Instituto de Saúde realizou entre 2005 e 2006 a pesquisa *EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS - Avaliação da política da secretaria municipal de educação de São Paulo, de 2001 a 2005. Tratou-se de um estudo de três projetos relativos à sexualidade e educação sexual implementados pela prefeitura de São Paulo naquele período. Os projetos avaliados foram o “Programa de Educação Preventiva e Sexualidade” (PEPS), iniciado em 2001; o “Projeto Orientação Sexual na escola: um trabalho processual”, desenvolvido em parceria com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), no biênio 2003-2004; e o projeto “Vamos Combinar?”, desenvolvido em parceria pelas Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, iniciado em 2003, estendendo-se até 2005. (PIROTTA, K; et alli., 2007)*

Os resultados indicam que a Educação Sexual tem sido alvo de ações e projetos envolvendo a Educação e a Saúde, embora não haja sempre ou sistematicamente uma articulação entre essas áreas e entre os projetos desenvolvidos. Observou-se significativa vulnerabilidade institucional e programática, que contribui para obstruir a fluidez das



ações. A temática da DST/Aids se destaca nos projetos e na ações, se sobrepondo a uma concepção mais ampla da sexualidade. Esse tema é ainda cercado de tabus e preconceitos, principalmente quando o assunto é o aborto, o prazer, os direitos sexuais e reprodutivos. O tema da orientação sexual, apesar de algumas ações, é pouco presente no cotidiano escolar.

Dos 112 professores que responderam ao questionário, de oito escolas estaduais que congregam o ensino fundamental e médio, 80,4% anotaram que não receberam capacitação ou formação sobre Educação Sexual entre 2001 e 2005, período abordado por este estudo; apenas 18,8% responderam que participaram. Essas informações sugerem que a formação em educação sexual ou em temas correlatos atinge pontualmente uma pequena parcela de professores, que por adesão ou interesse pessoal participam de projetos desta natureza. De modo geral, observa-se que ações relacionadas à educação sexual ocorrem na escola quando alguns professores são estimulados a isso, mas se reduzem a ações pontuais, sem continuidade. (PIROTTA, K. et alli 2006)

Sabe-se que estas iniciativas estão inseridas em um contexto político mais amplo, a partir do qual é possível apreender os marcos normativos presentes nas agendas e nas políticas públicas em geral, que por sua vez compõem um complexo sistema de regulamentos e orientações, ações e propostas de implementação.

O desconforto dos professores com relação à temática da sexualidade humana poderia ser suprimido com uma formação específica nesse tema, onde além dos conteúdos fossem trabalhadas metodologias de aprendizagem aplicáveis e condizentes às diferentes faixas etárias da população estudantil. Sabe-se que as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia foram redefinidas recentemente pela Resolução n.1 de 15 de maio de 2006, pelo Conselho Nacional de Educação. O curso de Pedagogia destina-se à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. (SCHEIBE, 2006). Cada instituição de ensino superior deve protocolar seu projeto político pedagógico nos sistemas de ensino, seguindo as novas diretrizes. Essas diretrizes servem como referência na organização dos programas de formação, permitindo flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas de conhecimento a serem consideradas, sem estabelecer disciplinas específicas. Algumas questões que podemos formular são: Os cursos de formação superior de professores e de professoras (Pedagogia, Escolas Normal Superior, as Licenciaturas) têm oferecido conteúdos mínimos relacionados à sexualidade, que ofereçam subsídios para uma educação em sexualidade?

Os conteúdos que pautam os Parâmetros Curriculares Nacionais e que deveriam ser abordados pelos professores e pelas professoras em sala de aula estão sendo oferecidos durante a formação para a docência?

2. As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil - 2003 a 2008: os currículos de formação docente

Com a intenção de buscar algumas respostas a essas questões, elaboramos um projeto visando mapear as políticas na área da educação dirigidas para a educação em sexualidade, desenvolvidas no período de 2003 a 2008. O projeto apresentado à Fundação Ford, propunha realizar, em oito meses (maio a dezembro de 2008) um levantamento das políticas mais recentes no campo da educação, (programas, projetos, ações, legislação, normas técnicas) relacionados à educação sexual/sexualidade.

A equipe definiu três eixos de pesquisa, para compor um diagnóstico o mais amplo possível sobre a educação em sexualidade: 1) um levantamento nacional de currículos e ementas dos cursos de formação docente; 2) um levantamento das políticas de governo voltadas para a educação sexual, restrita às capitais; 3) um levantamento dos grupos de pesquisa envolvidos com a temática de sexualidade e educação. O levantamento de dados foi realizado por meio virtual, em sites específicos, o que resultou em centenas de horas de busca eletrônica, compilação das informações, registros em uma base de dados excell e posteriormente, consolidação destas informações. O resultado desse trabalho está descrito e apresentado em três relatórios específicos, um para cada um dos levantamentos. Com relação à metodologia de pesquisa adotada, é preciso destacar que a mídia eletrônica tem sido uma ferramenta muito útil e importante, uma vez que a pesquisa presencial nem sempre se torna viável, tanto do ponto de vista financeiro como de tempo. Porém, a atualização das informações nos sites institucionais nem sempre é realizada com a devida frequência.

Cabe destacar também a importante colaboração da Fundação Carlos Chagas para o projeto da ECOS no levantamento dos currículos. O grupo de pesquisa “Avaliação Educacional”



do Departamento de Pesquisas Educacionais da FCC⁴, desenvolveu no mesmo período o Projeto *Formação de Professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos*⁵, solicitado pela Fundação Vitor Civita. Esse projeto analisou o que tem sido proposto como disciplinas formadoras nas instituições de ensino superior dos cursos presenciais de Pedagogia e das licenciaturas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. Verificou as expectativas presentes nos editais de concursos públicos para o ingresso de professores em redes públicas, no ensino fundamental. Para ampliar a compreensão dos problemas e desafios enfrentados pelas políticas de formação docente, o estudo procurou estabelecer também elementos de comparação com as características dessa formação oferecida pela Argentina, levando em conta as especificidades do contexto em que esta se realiza. (Gatti, B. et alli., 2009)

O levantamento dos currículos, especificamente dos cursos de pedagogia, que preparam os/as professores/as do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e da educação infantil que irão atuar no ensino básico ou em atividades de gestão escolar (diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, supervisores etc.), se concentrou nas universidades brasileiras, porque estão presentes em todo o território nacional, e estão estruturadas nos pilares de ensino, pesquisa e extensão. A grande maioria dos cursos de pedagogia (71%) era oferecida por instituições universitárias (universidades ou centros universitários), que têm autonomia para criar cursos. A maioria destes cursos, respectivamente 31% e 69% de universidades e centros universitários estão na região Sudeste. A região Sul concentra 27% das universidades. Além disso, as universidades apresentam os maiores percentuais de instituições que alcançaram conceitos 4 ou 5 (23%) no ENADE de 2005 (Relatório Síntese do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em Pedagogia).

Procedeu-se, assim, a um mapeamento de propostas curriculares desses cursos, tendo em conta os diversos tipos de instituições de ensino superior que os oferecem. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos são amplas, e a estruturação do

⁴ É importante destacar o pioneiro papel do DPE na discussão da educação sexual no Brasil, como descrito nos artigos de Cristina Bruschini, Carmem Barroso, Cecília Simonetti e Elisabeth M. Vieira e artigo de Fulvia Rosemberg nos Cadernos de Pesquisa no. 45 de maio de 1983 e no. 53, maio de 1985, respectivamente. Antes mesmo destas pesquisadoras do DPE terem se envolvido com a temática, os Cadernos de Pesquisa publicaram já em 1978 um artigo de Maria José G. Werebe, intitulado A Implantação da Educação Sexual no Brasil. Sylvia Cavaşin integrou a equipe do DPE na década de 1980 e Sandra Unbehaum é pesquisadora do departamento desde 1991.

⁵ Pesquisador(es) Participante(s): Bernardete A. Gatti e Marina Muniz Rossa Nunes (coord); Gisela Lobo B. P. Tartuce; Nelson Antonio Simão Gimenes; Sandra G. Unbehaum.

currículo fica a cargo de cada instituição, procurou-se obter um panorama do que está sendo proposto como formação nas instituições de ensino superior, identificando nos currículos ou ementas disponíveis a oferta de disciplinas relacionadas à educação em sexualidade.

Dentre todos os dados disponibilizados no site do Ministério da Educação, obtemos 41 universidades (de um total de 989 universidades que oferecem 68 cursos de pedagogia nos quais a temática da sexualidade é apresentada em alguma disciplina⁶. Porém, na maior parte delas a disciplina é oferecida na modalidade “optativa”, não sendo obrigatória. Isso significa que somente os/as estudantes interessados/as diretamente no assunto irão cursá-la. É importante destacar que esse conjunto de disciplinas compreende conteúdos de *gênero*, *corpo/corporeidade*, *diversidade sexual*, *biologia/educação*, *saúde/educação* e não somente “educação sexual” ou “sexualidade”..

3. Algumas Considerações

A ECOS entende que para gerar um novo conhecimento e uma nova prática social relacionada ao cuidado com o corpo, a uma vivência consciente e prazerosa da sexualidade, sem violência e discriminação, é preciso que a comunidade escolar (professores da rede básica de ensino, professores dos cursos de formação de professores, gestores da área de educação) incorpore no cotidiano da escola (sala de aula, biblioteca, refeitório etc.) a temática da sexualidade, pois trata-se de uma responsabilidade intrínseca à educação, mas que depende de um trabalho de articulação, para recompor a fragmentação existente nas práticas tradicionais de educação em sexualidade.⁷.

⁶ É possível que o número de cursos de pedagogia que ofereçam alguma disciplina relativa a conteúdos de sexualidade seja maior, isso porque muitos cursos não disponibilizam os currículos e ementas nos seus sites, ou estão desatualizados. De toda maneira, considerando o universo de instituições de ensino superior existentes no Brasil, o tema da sexualidade e seus correlatos (gênero, diversidade sexual, corpo, prevenção) é muito pouco abordado.

⁷ Essas reflexões estão expostas na pesquisa realizada pela ECOS – Comunicação em Sexualidade e pelo Instituto de Saúde, com apoio do CEBRAP - CCR- PROSARE, na qual analisamos os três principais projetos de educação sexual da Secretaria de Educação de São Paulo implementados entre 2001 e 2005. Consultar <http://www.ecos.org.br/boletim-Email/boletim-email15.htm>



Para que a incorporação de uma educação em sexualidade e gênero ocorra de fato no projeto político pedagógico da escola a formação docente é central. Não se pode negar o esforço governamental em oferecer cursos de curta duração – formação em serviços – para professores interessados no tema. Um exemplo concreto é o curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE que visa à formação de profissionais da educação da rede pública e aborda as temáticas de gênero, sexualidade e igualdade étnicorracial. O curso GDE é semipresencial, possui carga horária de aproximadamente 200 horas e é oferecido por diversas universidades públicas. Trata-se de uma iniciativa entre vários Ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação). Antes deste projeto outras iniciativas similares ocorreram envolvendo organizações não-governamentais. Essas iniciativas têm, de fato, contribuído para disseminar o conteúdo em diferentes estados brasileiros.

Porém, são políticas que padecem da falta de continuidade e das limitações estruturais que impedem a participação de um número significativo de professores. Neste sentido, a ECOS entende que a formação inicial, na própria graduação, com disciplinas que abordem conteúdos relativos à sexualidade humana, diversidade sexual, gênero, contribuirão de maneira mais eficaz e eficiente para a inserção de uma educação para a sexualidade e gênero no cotidiano escolar. Os PCNs são somente parâmetros desejáveis, são orientações para as escolas e para os profissionais, mas não têm força de lei. A formação para lidar com questões culturais (como as de gênero, homofobia, sexismo) já na graduação ajudarão o/a jovem profissional a iniciar na carreira com olhar sensibilizado para essas questões. Esse conhecimento subsidiará a reflexão da prática docente. E neste caso, não só para sexualidade e gênero, mas também para outras dimensões da diversidade cultural com as quais os alunos já chegam à escola, tais como religiosidade, questões étnico raciais, origem regional, entre outras, também ausentes dos currículos de formação inicial de professores.

Referências



ARILHA M, CALAZANS G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. Vol. II 1998. Vol. II

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos – apresentação dos temas transversais*. Brasília: 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Orientações sobre o Programa Saúde na Escola para a elaboração dos Projetos Locais*. 2007. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/geral/orientacoes_pse.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resultados sobre saúde e educação preventiva no Censo Escolar/2005*. 2006b. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7BBF2BAB30-CBCA-4A38-8F0D-249DAB505218%7D/folder-CENSO-ARTEbaixa.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

FONSECA A. Prevenção às DST/aids no ambiente escolar. *Interface Comunicação Saúde e Educação*. 2002; (6)11:71-88.

GATTI, Bernardete; NUNES, Marina; TARTUCE, Gisela; GIMENES, N.; UNBEHAUM, Sandra. Avaliação de currículos de formação de professores para o ensino fundamental. *Estudos em Avaliação Educacional*. V. 20, p.215, 2009.

PIROTTA, K; BARBOZA, R.; PUPO, L.; CAVASIN, S.; UNBEHAUM, S. Educação sexual na escola e direitos sexuais e reprodutivos: avaliação da política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – 2001 a 2005. ECOS [online], São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/pdf>.

UNITED NATIONS. *Programme of actions of the international conference on population and development*. Cairo, 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/icpd/icpd-programme.cfm#ch1>>. Acesso em: 30 jul. 2010.



VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. *Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil*. Educação & Sociedade. Volume 27, Campinas, 2006.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. *O gênero nas políticas públicas de educação*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004^a.